

Interesse de grupos domina o Congresso

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O verdadeiro espetáculo circense encenado ontem de madrugada no Congresso por vasto grupo de deputados e senadores de quase todos os partidos não serviu para ofuscar a decisão final, concretizada na aprovação de emenda constitucional pela volta às eleições presidenciais diretas. Mas foi quase. Poucas vezes se tem assistido a tamanha falta de vergonha e desfaçatez. Raramente se viu fisiologismo tão descarado como o que tomou boa parte da noite de quarta-feira e da madrugada de ontem, no plenário da Câmara dos Deputados.

Estava tudo acertado, pela lógica, pela ética e pelo bom senso: o Congresso votaria a volta das eleições presidenciais diretas, extinguindo o colégio eleitoral, junto com outras iniciativas pertinentes às eleições do ano que vem, e o estabelecimento de eleições para prefeito das capitais, estâncias hidrominerais e municípios antes considerados zona de segurança nacional, em novembro deste ano. Tanto o presidente José Sarney quanto os dirigentes do PMDB e da Frente Liberal chegaram à conclusão de que não dava para adiar a votação das eleições presidenciais diretas, mesmo ficando claro que a fixação de sua data e da respectiva duração do mandato do atual governo e dos próximos ficarão para a Assembléia Nacional Constituinte, a instalar-se em 1987. Pois foi o que bastou para que grupos do PMDB e do PFL, ressentidos com a composição do Ministério e o preenchimento de vagas no segundo e terceiro escalões do governo, unissem suas forças aos indefectíveis malufistas do PDS, tentando levar vantagem. Através de subemenda assinada pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), propuseram a ampliação, para um ano, do prazo de cinco meses para a desincompatibilização de ministros, presidentes e diretores de empresas de economia mista, secretários de Estado e congêneres que desejem candidatar-se nas futuras eleições para o Congresso. Era uma espécie de troco, barato e mesquinho, exigido pelos que temem não se reeleger em 1986 contra possíveis concorrentes hoje instalados no poder federal e estadual. Fizeram tamanha onda, subordinando seu apoio à emenda das eleições presidenciais diretas e outras alterações constitucionais à prévia aprovação da emenda ca-suística. E não faltou muito para vencerem. As lideranças da Aliança Democrática, perplexas, não tiveram como deixar de colocar em votação o monstremo. Como isso aconteceu por volta de 4 horas da madrugada, com muita gente cansada e dormindo pelas cadeiras do plenário, a proposta já denominada "Robertão" não alcançou os 320 votos necessários, entre os deputados. Mas chegou a 232, o que dá a medida da força desse novo e surpreendente bloco malufo-fisiológico. No final, valeu mesmo o comentário que corria de bancada em bancada: se os microfones convocassem o deputado "Justo Veríssimo" para qualquer providência, 232 vozes diriam "presente".

Trata-se, o episódio, de um alerta para o futuro. Enquanto o Executivo procura, apesar de todas as dificuldades, desincumbir-se de suas tarefas e enfrentar o desafio da construção da Nova República, o Legislativo, ou boa parte dele, dá mostras

de não ter percebido a mudança do regime. Parece querer compensações inadmissíveis pelo período em que se viu marginalizado ou não deseja mesmo alterar sua postura. Pratica o reprovável jogo do "toma-dá-cá".

Por pouco a Nação não amanheceu, ontem, sob o impacto da recusa do retorno às eleições presidenciais diretas, o que equivaleria a inominável retrocesso. Se a prática é de exigir favores ou de cobrar rancores quando de cada votação importante, breve surgirá algum impasse maior. Por posturas iguais a esta o Congresso desmoralizou-se e não foi respaldado pela opinião pública nas diversas vezes em que os militares o fecharam, nos últimos 21 anos. Faltava identificação entre a opinião pública e aqueles que deveriam representá-la, nos idos de 1964 e depois. Faltará agora, se os dirigentes e líderes partidários não tomarem cuidado. Qualquer aventureiro que se disponha a prometer benesses e a implantar situações especiais de favoritismo para deputados e senadores poderá tornar-se seu condutor. Dava pena ver parlamentares rindo à maneira do Dr. Silvana ou das hienas, quando pareciam grandes as oportunidades de aprovação da subemenda Roberto Cardoso Alves, como contrapartida para a aprovação da emenda das eleições presidenciais diretas. Coisa de mafiosos, sem tirar nem pôr.

Um perigo adicional fluíu dos acontecimentos da madrugada de ontem: não há mais partidos, ou breve poderá não haver. Porque 232 deputados não formam minoria a desprezar. Pelo contrário, são ampla maioria, perigosa quandoposta em paroxismo e disposta a exigir, singularmente, prêmios pela inoperância anterior. Diante do autoritarismo, curvaram-se e prestaram homenagem contínua. Aceitaram tudo o que os generais-presidentes quiseram impor. Humilharam-se. Agora, frente a um governo democrático e interessado em respeitar as regras de harmonia e integração entre os Poderes, afiam seus punhais. Imagine-se o que farão, os que conseguirem reeleger-se, quando instalados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Porque, nela, haverá uma peculiaridade: as decisões não se tomarão por maioria de dois terços, como ontem, em se tratando de erigir uma nova Constituição. Os constituintes decidirão por maioria absoluta, a metade mais um dos deputados e senadores eleitos no próximo ano. Ficará mais fácil barganhar e chantagear, caso não se altere a mentalidade dominante.

Quando da votação da emenda Dante de Oliveira, há precisamente um ano, o regime colocou do lado de fora do Congresso a truculenta figura do general Newton de Oliveira e Cruz (credo), ameaça permanente à possibilidade do restabelecimento das eleições diretas. Pois ontem isso não foi preciso: o espírito do antigo executor das emergências constitucionais ganhou o plenário do Congresso e quase ganha a votação. Où estaremos cometendo uma injustiça para com o ex-comandante militar do Planalto? Afinal, a tanto ele talvez não ousasse, ainda que venha a dispor de oportunidade para a demonstração. Será candidato à Assembléia Nacional Constituinte, pelo Rio de Janeiro. Se for eleito, os 232 deputados antidemocratas já disporão, no mínimo, de um candidato a líder...